TRABALHO E COTIDIANO: O QUE CONDICIONA O QUÊ?

Claudia Fonseca (*)

Resumo

Neste artigo, assumimos uma ênfase antropológica, examinando, através da observação etnográfica em uma vila popular de Porto Alegre, a organização social e a cultura simbólica de um determinado grupo, para assim descobrir como noções relacionadas a gênero, trabalho e tempo interagem dentro de uma lógica cultural específica. Fitamos sucessivamente três pontos de vista deste processo - da vizinhança, dos homens, e das mulheres - sugerindo como valores oriundos do grupo (por exemplo, "olho grande" e honra familial) influem, tanto quanto fatores estruturais ligados ao mercado de emprego, no comportamento das pessoas.

Palavras-chave

cultura popular, gênero

Abstract

In this article, we assume an anthropological emphasis - examining, through ethnographic field work in a working-classe vila of Porto Alegre, the social organization and the symbolic culture of a certain group - in order to discover how notions related to gender, work and time interact within a specific cultural logic. We consider successively three points of view of this process - those of the neighborhood, of men, and of women - suggesting how values originating in the group *(olho grande"* or family honor, for example) influence peoples's behavior just as well as structural factors linked to the labour market.

Key words

working-class culture, gender relations

A autora é professora da UFRGS.

(*) Este trabalho foi apresentado no II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, FEA/USP, São Paulo, 30 de setembro de 1991.

Introdução

Dos debates clássicos sobre a mulher, a escola de pesquisadores "feministas" tem tirado conclusões epistemológicas que abrangem todas as áreas das ciências humanas[1] - da história e literatura até a antropologia. Apesar de nunca ter tomado "a mulher" como objeto, eu mesma descobri que não podia prescindir do conceito de gênero e suas aplicações para o aprofundamento das minhas pesquisas na área de "cultura popular". Na tentativa de compreender o *ethos* de grupos urbanos de baixa renda, achei - na semelhança entre os dois campos de estudo (mulher e cultura popular) - diversas fontes de inspiração.

Os dois grupos têm sofrido uma mesma discriminação nas pesquisas acadêmicas. Submetidos, no seu dia-a-dia, ao poder dos grupos dominantes, mulheres e pobres foram, ambos, omitidos dos escritos oficiais sobre eventos nobres. Os últimos a terem acesso ao mundo letrado, mulheres e plebeus deixaram poucos registros escritos - cartas, diárias - para serem examinados. Para os dois grupos, existe o mesmo silêncio, a mesma lacuna na memória nacional; a mesma dificuldade para travar uma identidade histórica.

Nos dois casos o pesquisador é obrigado a salvar seu material do marasmo de estereótipos fáceis. Para tentar ultrapassar esses limites, diversifica suas fontes, privilegia técnicas etnográficas de observação, história oral, iconografia, a "arqueologia" dos artefatos caseiros. Seu alvo não é mais o evento nobre, mas sim as práticas e os ritos cotidianos dos grupos estudados.

M. Perrot (1984), comentando a história da mulher, conta como, a certa altura, mudou o estereótipo: de vítimas as mulheres tornaram-se heroínas.[2] Lembra a trajetória da análise dos grupos populares no Brasil. Houve uma época quando se descreviam os comportamentos principalmente para desmascarar as diferentes formas de alienação; pouco tempo depois, a ênfase analítica deslocou-se para as "formas de resistência".

---

(1) Os diversos ensaios no livro, *Uma Questão de Gênero*, organizado por COSTA & BRUSCHINI (1992) resumem esta orientação "feminista" de pesquisa no Brasil.

(2) Sem dúvida alguma, o estudo de mulheres na vanguarda dos partidos políticos e nos sindicatos é importante. Mas é de lembrar que tal universo diz respeito a uma pequena parcela das trabalhadoras. É igualmente importante fazer um levantamento das diversas "formas invisíveis de resistência" nos espaços do bairro e da casa (Ver os trabalhos admiráveis de BRITO, 1985 e LOBO, 1985).

Mas, o objetivo da pesquisa atual, num campo como noutro, vai além da denúncia (contra a misoginia ou a exploração de grupos trabalhadores). Hoje em dia, pretende-se esboçar novas políticas tanto em relação aos grupos estudados ("resgatar a memória"), como em relação à própria disciplina, (questionar os fundamentos que produziram lacunas na ciência oficial).(PERROT, 1985; FARGE, 1979)

Nos últimos anos, os estudos sobre "a mulher" mudaram para o estudo de relações de gênero. A troca de nome não deixa de ser significativa. Parafraseando Perrot (1984): agora que as diferentes formas de reducionismo (biológico, econômico etc.) têm sido desmascaradas, a tarefa que cabe ao pesquisador é a de levar em consideração o masculino e o feminino, igualmente, e em toda análise histórica, pensando como as relações entre eles, isto é, as relações de gênero, podem ser motores da história (ver também SCOTT, 1986; FLAX, 1987).(3)

No que diz respeito à análise de grupos de baixa renda no Brasil, esta orientação implica estudar, entre outras coisas, o comportamento dos homens enquanto homens.(4) Esta dimensão foi esquecida por uma primeira geração de pesquisadores feministas dedicada a denunciar a dominação masculina. O comportamento masculino não era problematizado. Enquanto mulheres tomavam corpo e alma nos escritos das ciências sociais, os homens continuavam personagens abstratos, sem relevo, sem fragilidades. Olhando para as estatísticas globais, sublinhava-se a eterna vantagem dos homens: eram mais bem pagos, mais empregados (e até mais jovens!) do que as mulheres. Hoje, aproveitando a nova ênfase nas relações de gênero, o pesquisador percebe outras dimensões deste processo.

Por exemplo, no meu trabalho etnográfico em vilas de Porto Alegre observei que os homens tendem a morrer cedo - seja em acidentes de trabalho (e considero briga de gangues nesta categoria), seja com o fígado estourado (de cirrose) lá pelos 40 anos. Vivendo além desta idade, é verdade, certos deles "abandonam" suas mulheres para recasarem. Mas muitos

(3) M. Rosaldo faz eco, na linguagem antropológica, a esta corrente: "*It now appears to me that woman*s place in human social life is not in any direct sense a product of the things she does (or even less a funcion of what, biologically, she is) but of the meaning her activities acquire through concrete social intereactions. And the significances women assign to the activites of their lives are things that we can only grasp through an analysis of the relationships that women forge, the social contexts they (along with men) create - and within which they are defined.*" (ROSALDO, 1980, p. 400).

(4) Ver os trabalhos de LEAL & JARDIM (1992).

outros - velhos, com corpo quebrado, sem renda nenhuma - são expulsos de casa por suas mulheres, aliadas aos filhos adultos. Neste caso, parece que o homem, por ser pai (e não mãe), não teve a mesma oportunidade de inspirar lealdades filiais e, "abandonado", tem mais é de morrer mesmo.

É óbvio que nenhum pesquisador contemporâneo ignora o fato de que a violência da miséria afeta homens e mulheres. Mas, às vezes, na sua ânsia de denunciar as formas muito reais de discriminação contra a mulher, as análises deixam de explorar as sutilezas de um sistema de classe que, passando por fatores ligados ao gênero, também violenta certas categorias de homens.

Gênero e Trabalho

> *"Interroger les pratiques sociales, les types de discours, les représentations, les images, en se défaisant des dichotomies trop simples "nature/culture", "domestique/public"; cesser de brandir la "misogynie" comme explication de la place faite aux femmes; préférer aux lignes de partage trop claires les zones de brouillage, d'interférence, d'indifférenciation, d'inversion et aux complémentarités trop harmonieuses, les conflits et les contradictions; acepter l'ambivalence des choses et refuser toute "langue de bois": tels seraient les linéaments d'une démarche méthodologique, qui se préoccuperait aussi d'intégrer les niveaux sociaux dont on ne peut faire abstraction" (PERROT, 1984, p. 15).*

Os estudos de gênero, por seu método iconoclasta (ver DIAS *in* COSTA & BRUSCHINI, 1992), têm contribuído, em muito, para o chamado desconstrucionismo - um processo metodológico em que o pesquisador, nadando contra a corrente do seu próprio senso comum, repensa os termos convencionais de análise. O exemplo por excelência desta tendência é o trabalho de Michelle Rosaldo (1980) que reexamina as categorias de "público" e "doméstico", pedra angular da análise feminista que ela mesma empregou durante anos. Revelando essas categorias enquanto fruto da mentalidade reformista do século XIX, pergunta se, ao usá-las, os pesquisadores não estão reproduzindo a própria ideologia que pretendem derrubar.

Este estilo de análise tem surtido efeito também entre economistas. Claus Offe, em recente artigo (1989), desconstrói a noção de trabalho, pedra de toque de sociólogos durante mais de um século. Ele critica as análises acadêmicas pela sua ênfase desmedida na lógica do capital e frisa a necessidade de elaborar estudos sobre as estruturas, os atores e os princípios racionais do "mundo-da-vida-cotidiana" É irônico que, logo nestas reflexões inspiradas pela Europa pós-industrial, eu consiga situar - muito melhor do que nos trabalhos clássicos sobre grupos proletários - os brasileiros cronicamente sub e desempregados com os quais trabalho:(5)

> *"Na medida em que aumenta a experiência (ou a antecipação) do desemprego, ou a aposentadoria involuntária, mais se enfraquece o efeito do estigma e da auto-estigmatização gerados pelo desemprego porque, além de um certo ponto (e especialmente se o desemprego estiver concentrado em certas regiões ou indústrias), uma pessoa não pode mais ser responsabilizada em termos de fracasso ou culpa individual.*
>
> *(...) Tomados em conjunto, estas circunstâncias fazem parecer improvável que o trabalho, a realização e a ambição continuem a desempenhar um papel central, como norma que integra e conduz a existência pessoal." (OFFE, 1989, p. 14).*

Offe, pelo menos neste artigo, não destaca a dimensão de gênero na sua análise. Mas, as vantagens que tal acréscimo traria são evidentes. A ética de trabalho não é vivida da mesma forma por homens e mulheres. Pensar essa diferença ao olhar para as hipóteses de Offe pode nos ajudar a rever estatísticas sobre mudanças no mercado de trabalho brasileiro dos últimos anos. Por que, por exemplo, as mulheres absorvidas durante a expansão econômica da década de 70 não saíram de seus empregos durante a crise dos anos 80? (ver CASTRO, 1991) Será que elas reagem à ameaça de serem despedidas da mesma forma que os homens? Será que a "ética de trabalho" delas é afetada da mesma forma por períodos de desemprego?

---

(5) Autores que estudam a mulher e a criança na força de trabalho (SPINDEL, 1988; BRUSCHINI, 1991 e CASTRO, 1991) têm apontado para a enorme importância do setor informal (não regulamentado pela legislação trabalhista) para a economia brasileira. É sem dúvida possível fazer uma distinção entre o trabalho informal (que alguns autores estimam a mais de 50% da PEA) e o "subemprego", mas há também comparações analiticamente proveitosas a serem feitas.

Sociólogos querendo entender as tendências atuais do mercado de trabalho estão encontrando maneiras para sofisticar seus modelos de análise estatística. Estão investigando, entre outras, hipóteses sobre a ideologia de gênero na percepção dos atores sociais. Tais investigações tendem, no entanto, a tratar de determinados assuntos - ligados particularmente à necessidade econômica, estratégias de sobrevivência etc. Até agora, houve poucos estudos sobre o significado do trabalho considerado sob a ótica do gênero - quais os investimentos para a auto-imagem da pessoa, quais as conseqüências em termos do jogo de poder doméstico... De forma bem esquemática, proponho abordar aqui alguns aspectos deste tema.

Cotidiano e Trabalho

Agora, consideremos brevemente os termos, "cotidiano" e "trabalho". Os dois são, evidentemente, interligados: o trabalho faz parte integrante do cotidiano. Os afazeres domésticos cotidianos constituem uma forma importantíssima de trabalho (ver, por exemplo, BRUSCHINI, 1990). Mas, aqui, por motivos heurísticos, quero fazer uma distinção entre as atividades remuneradas, freqüentemente ligadas a um espaço fora de casa e até fora do bairro de residência, e as atividades ligadas a rotinas pessoais e familiares diárias, rotinas essas ligadas ao espaço da casa e do bairro residencial. Uso a palavra "trabalho" para referir-me à primeira categoria - do espaço regido por uma lógica do capital ou do mercado, e "cotidiano" para referir-me àquelas dimensões da vida onde os sistemas de gênero e família dos próprios trabalhadores se manifestam com maior clareza.

A segunda parte do título deste artigo, "*O que condiciona o quê?*" também exige esclarecimento, pois, hoje em dia, convenhamos, está fora de moda falar em determinismos. A época em que acreditávamos em causas únicas ou mesmo últimas está atrás de nós. Descobrimos que os processos sociais - reversíveis, multidirecionais, - são bem mais complexos do que os paradigmas da lógica utilitarista supõem. Portanto, se falo em "condicionamento" é para fins de argumento. Acredito que, quando se fala em cotidiano e trabalho, a tendência é a de enfatizar o trabalho. A expressão, "estratégia de sobrevivência" é um exemplo deste raciocínio em que o comportamento cotidiano - a organização familiar etc. - das pessoas é analisado como se fosse decorrência de uma lógica econômica. Colocando a ênfase no fator "tra-

balho", o pesquisador considera como as pessoas se adaptam, nos seus hábitos cotidianos, a trabalhos duros, irregulares, mal-pagos.

Certamente, eu não negaria o peso esmagador que tem o contexto econômico sobre o comportamento das pessoas. O problema da idéia de "estratégia de sobrevivência" não é tanto a ênfase econômica quanto o viés funcionalista. Neste, omite-se a dimensão histórica. Parece que a pobreza começou ontem - que inventou-se "estratégias" *ad hoc* porque o padrão "normal" de vida foi rompido. Acompanhando o termo, há, em geral, implicações essencialistas de um modelo familiar natural, de uma relação "sadia" entre homens e mulheres. Por esta universalização dos valores do pesquisador, desvia a atenção da possibilidade de uma dinâmica cultural dos grupos trabalhadores - uma dinâmica arraigada em uma vivência concreta e fruto de uma trajetória histórica específica.

Se ampliarmos a análise econômica para incluir esta vivência, as relações de causalidade tornam-se mais complexas. Não é tão claro se a lógica regendo o cotidiano das pessoas é a do capital (e dos grupos dominantes) ou de uma "cultura trabalhadora" com normas e valores semi-autônomos; se as pessoas se adaptam à lógica do capital ou se as diversas oportunidades de trabalho não são submetidas a uma lógica cultural divergente - uma lógica oriunda da experiência histórica dos grupos trabalhadores.

Não cedemos à tentação maniqueísta; não precisamos escolher entre A ou B. Mas, considerando a ênfase que muitas vezes é dada à lógica do capital, é interessante o antropólogo ressaltar outras facetas da realidade, colocando o acento analítico nos termos que se afastam mais deste âmbito, tomando como lugar de observação o bairro em vez da fábrica, fitando os sistemas de gênero e de família em vez do trabalho.

Termino estes comentários preliminares lembrando os limites do método antropológico. Trabalho à base da observação empírica de um determinado bairro residencial. Neste caso, trata-se da Vila São José, um bairro popular localizado a 7 km do centro de Porto Alegre, visitado por mim inúmeras vezes entre 1985 e 1988. A convivência intensiva com um pequeno número de pessoas propicia ricas hipóteses sobre as famosas "representações" do grupo: linguagens, sensibilidades e emoções socialmente determinadas. No entanto, não serve para explicar processos históricos em nível nacional. Este material pode ser utilizado para inspirar - jamais para

comprovar - generalizações que dizem respeito a recortes temporais ou espaciais mais amplos.

Família e Gênero na Organização Social do Cotidiano de um Bairro Popular

A Vila São José foi loteada pela Prefeitura na década de 1950 para receber pessoas removidas de favelas no centro da cidade. Embora os moradores expressem certa identificação com o bairro, a Vila não tem contornos nítidos. Sua população etnicamente mista, se espalha do alto do morro (onde se situa a maior vila de invasão da área metropolitana) até as ruas asfaltadas e as casas pacatas "perto da faixa" (uma das avenidas principais da cidade).(6) Meus contatos concentraram-se em duas ruas paralelas onde cheguei a colher dados sistemáticos sobre sessenta famílias.

Proponho, aqui, considerar três instâncias diferentes da vida cotidiana desta zona, perguntando, em cada caso, qual o significado das atividades econômicas remuneradas. Fitaremos sucessivamente o grupo como um todo, os homens, e as mulheres. Na visão antropológica, os diferentes elementos do universo simbólico de um determinado grupo se encadeiam um no outro. Não é dizer que formem um todo harmonioso, equilibrado. Conflitos, antagonismos, "incoerências" fazem parte de qualquer processo social. Mas, procuramos entender a influência que um elemento pode vir a ter sobre os outros. Assim, para amarrar os diversos elementos, termino com uma reflexão acerca da percepção do tempo neste grupo popular e sua influência sobre o mundo do trabalho.

(6) Um levantamento feito pelo Posto de Saúde local em 1988 mostrou a Vila São José como sendo de população mediana exatamente a meio caminho entre as zonas mais rica e mais pobre do bairro:

	V. Albion	São José	Morro
Residentes por Casa	3.1	3.9	4.2
Renda por Família (sal.min.)	1.1	2.1	2.8
Idade Média	27	26	22
% de Analfabeto	5	10	21

1. O Grupo

Na literatura científica sobre grupos populares, particularmente em pesquisas feitas no lugar de trabalho (a fábrica etc.), dá-se freqüentemente destaque ao grande valor atribuído ao trabalho: é o que dignifica o homem, aquilo que o define como bom cidadão.(7) Não duvido que, entre as pessoas que pesquisei, este tipo de atitude vigore em certas instâncias. No entanto, na maioria das minhas observações, vi destacada outra dimensão deste valor - uma dimensão em que o trabalho remunerado não ocupa, necessariamente, um lugar tão nobre.

Captei esta outra dimensão não por perguntas diretas, entrevistas estruturadas, mas simplesmente escutando as fofocas que apareciam entre vizinhos e amigos no decorrer do dia. A título de exemplo, citarei três histórias freqüentemente repetidas, três exemplos de homens da vizinhança que conseguiram subir na vida pelo esforço de seu trabalho. Neles, o trabalho parece ser ligado mais a uma imagem de ganância egoísta do que à dignidade.

Seu João era um motorista de táxi que acabou sendo dono de uma frota de microônibus; Seu Balaio começou a vida como verdureiro da CEASA e chegou a montar uma fábrica de pregos; e Seu Antonio fundou uma usina têxtil que emprega mais de 90 pessoas. Todos foram reconhecidamente "bem-sucedidos" Porém, ao olhar com cuidado para as "biografias oficiais" destes homens, aquilo que é contado e recontado para reforçar os valores do grupo, vemos que não seguem as linhas de um *success story* convencional - não parecem dizer para cada jovem, "Tu também podes e deves fazer a mesma coisa". Muito pelo contrário.

Quando é um homem que conta a história, o que aparece em destaque é a corrupção ou a safadeza do personagem que subiu na vida. "Ninguém fica rico só pelo trabalho", me garantem, e segue toda uma lista dos truques desonestos empregados pelo empresário em questão. O dono da usina cobrava ao exército três vezes a quantidade de pano que tinha usado na fabricação dos uniformes. O motorista de ônibus fez "mutretas" com políticos para conseguir os itinerários mais vantajosos. Deixa-se enten-

(7) Ver MACEDO (1979), ZALUAR (1985), SARTI (1985) e GUEDES (1992) para uma discussão sobre valores na periferia urbana.

der que é impossível ficar rico sem "tirar sua lasquinha", sem malandragem e corrupção. Ao relatar estes fatos, as pessoas parecem estar dizendo que, se eles não são ricos, é porque são honestos.

Todo mundo gosta de frisar que estes homens ricos começaram pobres, tão pobres que dependiam da ajuda dos vizinhos: "Não tinha o que comer; almoçava à minha mesa quase todo dia". "Não tinha nem dinheiro para pegar o ônibus. Nós que emprestávamos passagens.."

Esse detalhe sobre a condição humilde original do personagem podia reforçar uma identidade positiva. Em vez disto, parece servir para fins opostos - isto é, para sublinhar a traição de quem renegou suas origens. Cada vez que sua história é contada, as pessoas lembram que Seu Balaio odiava este apelido - pois não queria lembrar que tinha começado a vida carregando uma cesta de legumes no braço. Ele, como os outros homens bem-sucedidos, acabou se mudando do bairro e quebrando laços com seus vizinhos. Isto é, esqueceu que tinha sido pobre.

No fundo, a mensagem transmitida pelo narrador das histórias é que, "Se eu não fiquei rico, é porque sou honesto; é porque sou generoso. Não esqueço meus amigos, reparto o pouco que tenho com eles."

Finalmente, é interessante notar que, nos três casos, os homens morreram relativamente jovens - um foi morto em um acidente de carro, os dois outros de enfarte. Será uma mera coincidência? É possível que haja outras pessoas egressas do bairro que enriqueceram, mas não se fala delas. Assim, a morte precoce acaba sendo o último toque nestas histórias de moralidade, envolvendo uma forma de justiça divina no destino do renegado.

A ascensão sócio-econômica não é um fenômeno de grupo (bairro ou classe); depende da consolidação de um projeto familiar ou individual que, na maioria das vezes, acaba separando os indivíduos do grupo, quer seja em termos simbólicos, quer seja em termos geográficos. Existem mecanismos do grupo para desencorajar este tipo de defecção.

O olho grande, por exemplo, - idéia que permeia o *ethos* popular - é indicativo da profunda ambivalência ligada à ascensão social. O "olho" é mais conhecido entre nós enquanto força maléfica, um tipo de inveja difusa que arrisca prejudicar as pessoas que ousam destacar-se pela boa sorte. Mas, já ouvi gente se acusar de "ser olho grande": "Estávamos trabalhando (cos-

turando) até os domingos. Era muito olho grande. Deve ser por isso que (aconteceu aquele desastre). "Quer dizer que o olho grande exerce uma influência tanto sobre os invejosos quanto sobre os invejados; age "por fora" e "por dentro" das pessoas ambiciosas para manter sua ambição em xeque.

De fato, a censura comunitária parece cair sobre toda e qualquer pessoa que se destaca economicamente ou politicamente do grupo: há inúmeras histórias sobre a desonestidade de todos os (cinco) presidentes das diversas associações de bairro, contra a "dona" de uma creche etc. Diz-se de um líder sindical, "No começo, era um cara legal. Mas ficou importante e pelegou. Se tem grana, não tem lei."

Ora, por que outro motivo a pessoa trabalharia se não fosse para ficar rico? No entanto, o próprio fato de enriquecer parece carregado de conotações anticomunitárias: "Se tem grana, não tem lei"... Além do trabalho, há outras formas de aspirar a riqueza que parecem menos suspeitas - a loteria, por exemplo, ou a escolarização dos filhos. Mas são menos suspeitas exatamente porque não funcionam. Ou porque não implicam as mesmas atitudes individualistas que levam ao enriquecimento pelo trabalho. O trabalho assalariado convencional exige que um homem abandone a sociabilidade da rua, investindo seu tempo no emprego, e seu dinheiro na poupança ou na família. Quando dizem que "Ninguém fica rico só pelo trabalho", estão falando não somente de corrupção, mas também desta mudança de atitudes. A condenação implícita neste pronunciamento é um tipo de mecanismo comunitário que freia as atividades (tal como o trabalho assalariado) que ameaçam a coesão do grupo.(8)

2. A Virilidade *Versus* Trabalho

É óbvio que o leque de empregos abertos à população de baixa renda é restrito. Pelo mercado de trabalho, opera-se uma seleção que designa a essa parte da população empregos árduos, desgastantes, irregulares e malpagos. Esse quadro não deixa de ter repercussões no que diz respeito aos valores do grupo.

(8) Ver REITER (1991) para um resumo sobre famílias de baixa renda nos Estados Unidos em que vigora uma pressão coletiva contra a ascensão econômica. No caso brasileiro, temos, entre outros, o trabalho de GUEDES (1992) que descreve o "enriquecimento vergonhoso" em um bairro carioca e o de BIRMAN (1980) sobre o olho grande também no Rio.

Há, em primeiro lugar, o desprezo pelo trabalho manual. Quando indagado sobre seu passado, o homem mais velho raramente se refere espontaneamente ao seu emprego. Antes, diz algo como, "O que eu fervi naquela época! Era muito malandro!" Os homens atualmente engajados em trabalhos manuais não demonstram nenhum orgulho no fato. Muito pelo contrário. Lembro, por exemplo, de um residente do bairro, operário da DMAE, que brigou para ser transferido do "serviço da rua" para o escritório: "Já trabalhei oito anos quebrando as costas com picareta - tem cada otário lá dentro, sentado, não fazendo nada. Eu também quero ser 'doutor' e usar avental branco." Esse desprezo pelo trabalho manual já foi apontado na literatura científica - de Gilberto Freyre até Roberto Da Matta. Historiadores descreveram as (freqüentemente vãs) tentativas, da parte de estadistas e moralizadores, de transmitir para a massa trabalhadora do país uma ética "moderna" de trabalho (veja, em particular, CHALHOUB, 1986). O que não foi sublinhado é como este desprezo age como contraponto ainda hoje ao valor do "trabalho digno". Tampouco chamou-se atenção para o caráter especificamente masculino destes sentimentos.

É interessante lembrar que o desprezo pelo trabalho braçal não é um elemento inevitável da condição operária. Os adolescentes ingleses citados por Paul Willis (1990), por exemplo, orgulham-se de seus empregos "viris" que exigem força física, contrastando-os com o trabalho "efeminado" dos colarinhos brancos. Há evidência de que, mesmo no Brasil, o trabalho braçal é valorizado por certas categorias de trabalhadores (mineiros, pescadores) (ver GUEDES, 1992; ECKERT, 1985). No entanto, no caso brasileiro aqui estudado, o esforço físico, segundo a tradição escravagista, é associado antes de tudo à condição subalterna. Pior do que simplesmente desprovido de prestígio, é associado a quem é trouxa.(9)

Na vila, não é incomum ver um homem ficar ostensivamente de braços cruzados enquanto paga um outro, em geral um jovem, para fazer algum trabalho "duro" ou "sujo". Nestas situações, já ouvi terceiros fazerem comentários na brincadeira sobre a "escravidão" do jovem, sobre a esperteza do "empregador". Este tipo de esperteza não é cultivada pelas mulheres. Acontece, é claro, que uma mulher pague outra para fazer a faxina ou lavar a roupa de sua família - mas a diferença é que ela parece sentir a necessidade

(9) Sobre a "malandragem" brasileira, ver OLIVEN (1987) e DA MATTA (1979).

de desculpar essa transferência de responsabilidades: "É que ando meio adoentada..." ou "Sabe, aquele problema de costas..." Ainda mais: assumir um emprego braçal não parece ser, para as mulheres (faxineiras ou lavadeiras), tão carregado de estigma quanto no caso masculino (servente de pedreiro etc.).

Mesmo quando o homem consegue um trabalho "limpo", há conotações negativas associadas ao próprio fato de ser assalariado. O ideal do trabalho "autônomo" entre as classes trabalhadoras brasileiras já é assunto de discussão acadêmica desde os trabalhos pioneiros de Juarez Lopes Brandão (1971). A vila em que eu trabalhei não foge desta regra. Há artesãos (costureiros, sapateiros, carpinteiros...) que falam com orgulho de seu trabalho. Até os biscateiros e picaretas (que arrumam e vendem coisas velhas) não relutam em elaborar detalhes, contar anedotas etc. sobre as artimanhas, o talento e esperteza exigidos para executar seu trabalho. Já os assalariados se calam.

De forma significativa, no que diz respeito a dois dos empregos assalariados comuns entre homens do bairro - o de motorista (ou cobrador) de ônibus e o de policial -, a vergonha de ser assalariado é compensada, na mitologia local, pela imagem da conquista viril. Tanto as mães e irmãs quanto as esposas destes homens me explicam que eles não têm outra escolha senão ter muitas amantes porque é "coisa da profissão": "As mulheres ficam dando em cima e se ele não vai atrás, os outros vão dizer que ele é bicha". É como se a glorificação expressa da virilidade agisse como compensação à castração simbólica implicada no trabalho assalariado.

Ao todo, a escala convencional de valores *vis à vis* o trabalho parece quase invertida. O trabalho "autônomo" (por mal-pago e irregular que seja) é preferível ao trabalho assalariado. E é ficando em casa (e não saindo para trabalhar) que o homem realça sua virilidade, pois "proteger a casa" é uma das tarefas imperiosas da masculinidade. Tal valor não é meramente simbólico. Existe entre alguns pesquisadores uma idéia romântica que pobre não rouba de pobre. A minha observação da rotina cotidiana nesta vila leva a conclusões bem diferentes. O furto é, de certa forma, constante. Somem galinhas, roupa na cerca, o sabão do tanque. Raramente este tipo de incidente degringola em violência, pois o ladrão escolhe bem o momento, evitando qualquer confrontação. As perdas maiores - um botijão de gás, um

toca-fitas etc. ocorrem no escuro da noite ou, melhor, quando a casa está vazia.

A polícia não oferece proteção alguma. Entra nesses bairros por motivos bem específicos - em geral para lidar (compactuando ou reprimindo) com os traficantes, ou para dar seguimento a algum incidente de violência (um tiroteio, um assassinato). É raro eles entrarem por causa de roubo; muitas vítimas de furto nem fazem queixa oficial, e quando vão à polícia, nem sempre conseguem resultados. Justamente por isso as pessoas têm que achar outros meios para proteger seus bens e, neste sentido, é de suma importância deixar alguém "cuidando da casa" - a toda hora. Teoricamente, este "alguém" pode ser e freqüentemente é até uma criança, mas o ideal é que seja um homem. Repetidas vezes, vi um agregado masculino justificando sua presença num determinado grupo doméstico nestas bases: "Vim morar aqui porque meu irmão (ou primo, ou compadre - o dono da casa) sai de dia para trabalhar. Deixa as mulheres e crianças sozinhas (*sic*). Então vim para cuidar." É evidente onde quero chegar. O bom chefe de família tem a obrigação de proteger sua casa tanto quanto de sustentá-la. Biscates com horários livres, trabalhos autônomos ou a indústria caseira são todos ganhapães que lhe permitem estar presente, assegurando a tranqüilidade do lar, "impondo respeito".

3. A Domesticidade Feminina

O homem deve saber "impor respeito" tanto fora como dentro de casa - em relação aos ladrões da rua e às mulheres de sua família. Essas são simultaneamente protegidas e vigiadas. Essa supervisão tem conseqüências palpáveis no que diz respeito ao trabalho feminino.

A complementaridade dos papéis masculino e feminino dentro da família, que atribui à mulher tarefas domésticas (o domínio da casa) e ao homem tarefas públicas (o domínio da rua) é muitas vezes examinada, nas análises acadêmicas, à luz de sua funcionalidade material. Supõe-se, por um lado, que o homem consegue empregos suficientes para sustentar mulher e filhos e, por outro lado, que a mulher não tem outra alternativa - as creches sendo caras ou inexistentes - senão ficar em casa cuidando dos filhos. É possível que, entre moradores de bairros mais abastados, essa complemen-

taridade seja, de fato, funcional. Entretanto, quanto a sua relevância para a Vila São José, tenho minhas dúvidas.

Em muitas famílias, a renda masculina não basta, nem de longe, para suprir as necessidades básicas da família. A mulher, durante muito tempo - até que suas crianças cresçam, - é obrigada a contribuir com seu trabalho para o orçamento familiar. Senão, simplesmente não haveria o que comer. É verdade que poucas das mulheres com as quais tive contato tinham trabalho assalariado fora de casa - mas a grande maioria engajava-se regularmente em atividades remuneradas - dentro e fora de casa. Algumas faziam doces e quitutes que suas crianças vendiam na porta da escola ou na fábrica local. Muitas pegavam serviço em casa, da fábrica têxtil local, fazendo acabamento nas roupas. Uma fabricava bonecas plásticas encomendadas por uma firma paulista. Outra vendia roupas usadas para suas vizinhas.

No entanto, apesar destas atividades, prevalece a idéia de que a mulher não trabalhe fora. E mesmo quando este trabalho é reconhecido, é considerado como uma "ajuda", isto é, de importância menor em relação ao trabalho do homem, provedor da casa.(10)

O sistema de honra masculina que ordena essas representações públicas joga uma luz negativa sobre o trabalho feminino. Para o homem, é uma desonra admitir que sua mulher trabalha fora de casa. As próprias palavras usadas para aludir a este tipo de trabalho feminino têm conotações sexuais. Quando, por exemplo, alguém quer sugerir que uma mulher está enganando seu marido, diz que ela "está costurando para fora" Contrariamente, o homem que não impede sua mulher de trabalhar, pode ser acusado de "botar a mulher na batalha" - podendo a expressão se referir tanto ao trabalho assalariado como à prostituição. Não se nega que a mulher deva trabalhar, mas este trabalho deve ser efetivado sob a supervisão de seu marido - preferivelmente numa função onde ela não tenha contato com o público.

Na Vila São José, até os comerciantes que deixavam suas mulheres atendendo o balcão da venda eram malvistos - pelo menos dois deles tendo fama de cornudo. Os homens exemplares eram aqueles como Seu Manuel,

(10) Ver SARTI (1992) e GUEDES (1992) sobre o valor atribuído ao homem "provedor".

o sapateiro/vendeiro negro que, apesar de não ter filho homem para ajudá-lo, nunca permitiu que a sua mulher, nem as suas cinco filhas atendessem os fregueses. Entre as mulheres que conheci, todas as regularmente empregadas eram separadas, viúvas ou bem mais velhas. A única exceção era uma mãe de quatro filhos que "enfrentou" seu marido durante anos para ter o "privilégio" de trabalhar seis dias por semana na fábrica local. Depois de "quase perder seu marido a uma amante", aceitou submeter-se às condições dele: ter um quinto filho e ficar em casa.

Por que a mulher casada se submete a este arranjo? O fato de ela trabalhar fora talvez ajude a pagar as despesas da casa mas pouco contribui para a paz conjugal. O emprego remunerado não aumenta o *status* da mulher dentro de casa. Pelo contrário, essa atividade mancha a imagem pública do marido e este arrisca a fazer sua mulher pagar caro pela vergonha. Ainda por cima, se ela tem renda própria, diminuindo assim sua dependência do marido, alivia-se a única responsabilidade que liga-o a ela: a de sustentar os filhos do casal.

Se o marido de uma assalariada chega a trabalhar, ele não sentirá tanto a obrigação de gastar seu dinheiro para o bem do lar; terá maior possibilidade para investir em outros laços afetivos. Se a independência financeira de uma mulher não joga o marido nos braços de uma amante, pode apertar os laços que o ligam a outro tipo de rival: as consangüíneas dele. É o caso de uma mulher que lamenta que "se mata trabalhando para sustentar os filhos" enquanto tudo que seu marido ganha vai para a mãe dele.

4. Do Ponto de Vista da Mulher

Quando indagadas sobre o porquê do não trabalhar fora, as mulheres costumam responder, "Meu marido não deixa." Em todo caso, entre os diversos impedimentos, parecem evocar os maridos tão freqüentemente quanto os filhos. Quem gosta de falar da responsabilidade materna enquanto impedimento são os maridos. Eles me dizem: "Minha mulher não trabalha fora porque os meninos ainda são muito pequenos". Este problema parece óbvio, prioritário até. Mas será que a guarda das crianças é mesmo um problema?

Já no início do século XIX, uma boa porção das mulheres pobres (alguns historiadores supõem que até 30% delas) não vivia em casal. E, no entanto, quase todas tinham filhos. Quem sustentava estas crianças? A história social sugere que, pelo menos nas áreas urbanas, há muito tempo que as mulheres brasileiras estão trabalhando em empregos remunerados (ver, por exemplo, DIAS, 1984). De fato, entre mulheres pobres, mesmo brancas, a "dona de afazeres domésticos" parece ter sido a exceção antes do que a regra. Mas, quem cuidava das crianças enquanto suas mães trabalhavam?

Para responder a essa pergunta, precisamos repensar os conceitos de família e criança. Pensar o sistema familiar desta população em termos da família conjugal que conhecemos na classe média seria fechar os olhos à dinâmica histórica própria aos grupos populares. Neste sistema, por causa de arranjos particulares do espaço e das atividades domésticos, os limites entre uma "família" e outra não são claros. Não é incomum encontrar morando sob o mesmo teto famílias de três gerações, irmãs adultas, primos etc. Quando não moram na mesma unidade doméstica, os diferentes membros destas famílias extensas freqüentemente moram perto uns dos outros (particularmente em vilas de invasão ou outros locais onde a escolha de um terreno não é sujeita a restrições). Neste caso, graças a visitas cotidianas, refeições tomadas por vezes em comum, e uma certa autoridade coletiva sobre as crianças, mesmo quando se trata de casais, os limites entre uma família nuclear e outra são porosos.

Lembrando que a infância é uma noção socialmente definida, cabe também investigar quem é considerado criança (isto é, indefesa ou necessitando de alguém para cuidar dela) e quem é considerado capaz de cuidar dela. A criança da classe média, escolarizada até a idade de 20 anos ou mais, é concebida como tendo uma fase longa de desenvolvimento intelectual e emocional; durante esta fase precisa de cuidados especializados que só adultos "bem preparados" (pedagogicamente, moralmente, emocionalmente) podem lhe proporcionar. Na Vila São José, por outro lado, vi inúmeras vezes crianças de nove ou dez anos tomando conta da casa e de seus irmãos menores. Freqüentemente as crianças ficavam "sozinhas" (isto é, sem a supervisão de uma pessoa mais velha) não por necessidade, mas por opção dos pais. É o caso, por exemplo, de famílias que saem o fim de

semana (para visitar um parente ou assistir a um serviço religioso) deixando atrás uma criança, "para cuidar da casa".

Neste contexto, não é difícil a mãe ou principal responsável achar alguém que cuide esporadicamente de suas crianças mais novas. Entretanto, se ela quiser ter uma atividade regular fora de casa, deverá recorrer a um outro tipo de arranjo - uma creche ou até pensionato na casa de algum vizinho ou parente onde a criança poderá passar a maior parte de seus dias e/ou noites. As avós parecem ser as candidatas mais entusiastas a este ofício de mãe substituta e de fato é raro achar uma pessoa que não tenha morado com os avós. Mas, por uma série de motivos, a mãe que sente a necessidade de colocar um filho num lar substituto pode preferir uma outra solução. Nessas vizinhanças, não faltam mulheres que aceitem cuidar de crianças nas suas casas mediante alguma remuneração, nem faltam pessoas querendo "pegar alguma criança para criar".[11] (A "creche" não é, portanto, novidade nestes grupos. Desde o início da época colonial, achamos evidência de crianças circulando entre parentes, crecheiras, empregadores, e pais "adotivos" - ver FONSECA, 1989).

Nessas circunstâncias, seria muita simplificação imaginar que as mulheres não trabalham fora simplesmente por falta de um lugar onde deixar os filhos. Certamente o lugar da mulher no mercado de trabalho tem a ver com um mosaico complexo de fatores - incluindo desde a disponibilidade de empregos assalariados femininos até valores familiares particulares. Mas, não deveríamos interpretar estes valores, necessariamente, em função daqueles que nos são mais familiares. O que mantém a mulher em casa pode ter mais a ver com a honra do marido do que com o bem-estar da criança, e pode ter mais a ver com valores culturais de família e gênero do que com a sobrevivência material ou projetos de ascensão sócio-econômica.

(11) Numa primeira pesquisa que fiz sobre um grupo subproletário (de papeleiros, mendigos), calculei que a metade de 60 mulheres documentadas tinha dado pelo menos um filho para ser criado por outrem. No estudo da Vila São José, um bairro popular, porém menos pobre, estimei que mais ou menos a metade das famílias fichadas tinha pego - num momento ou noutro - uma criança para criar.

Conclusão - A Coerência Lógica

O conjunto de valores simbólicos de um determinado grupo é conseqüência do seu contexto material e histórico. Parto da premissa de que, para uma vasta parte da população brasileira, a penúria é uma realidade histórica (e crônica). Dentro dos limites deste contexto, através da acumulação de gerações de experiência, surgiu um modo de vida particular, com práticas e significados que fazem sentido para as pessoas em questão.

Para ilustrar a idéia de "coerência" lógica deste sistema simbólico, termino com uma reflexão sobre a noção do tempo. Historiadores mostram como, durante os séculos XVIII e XIX, o tempo, na percepção dos indivíduos, foi adestrado (ver THOMPSON, 1967). Além de disciplinado (por relógios etc.) para combinar com o trabalho coletivo industrial, foi de certa forma "prolongado"...: com condições mais seguras, uma expectativa de vida mais longa, gradualmente introduziu-se a idéia de planejamento a longo prazo (ver FOUCAULT, 1977). Com as atenções voltadas para o futuro, as sensibilidades familiares se transformaram: as crianças tornaram-se o fulcro do projeto familiar e, de certa forma, a razão de ser do casal (ver ARIES, 1960). Hábitos econômicos - tais como o salário mensal e a poupança (dinheiro acumulado no banco) - acompanharam esta nova visão do tempo. Em todo caso, foi a idéia de uma certa segurança, de um futuro garantido que deu sentido a estas transformações.

Essa transformação de sensibilidades atingiu primeiro as pessoas dos grupos abastados, justamente onde as condições da existência tinham evoluído. Nos grupos populares, a transformação foi mais ou menos imposta - por medidas coercitivas e sedutoras.[12] Há grandes debates em torno deste processo histórico de "normatização" ou "disciplinamento" dos operários europeus, mas, em geral, frisam que a mudança de atitudes nestes grupos mais pobres só veio a consolidar-se com conquistas materiais da classe operária. Todas as reformas filantrópicas do século XIX que tentaram induzir nestas pessoas hábitos familiares e escolares disciplinados só surtiram efeito amplo e duradouro com a conquista do salário digno e seguro.

A trajetória histórica do trabalhador brasileiro não é igual à do operário europeu do século XIX. De fato, em muitos aspectos, os dois contextos são

(12) Ver, entre outros, DONZELOT, 1980.

radicalmente diferentes. Mas é útil aproveitar a lição da história para repensar certos princípios que norteiam nossas análises. Parece, por exemplo, que a insegurança ainda faz parte da vida brasileira. Mesmo nos grupos abastados, não se poderia apontar uma relação "européia" com o tempo. Com os problemas de inflação, com o sumiço das poupanças, a irregularidade dos empregos, a insegurança financeira faz seu efeito. Nos grupos populares, esta insegurança material, já exacerbada em muito, soma-se a uma insegurança física. A mortalidade infantil, as doenças debilitadoras devido à subnutrição, os acidentes de trabalho, os assassinatos - tudo contribui para uma descrença nos projetos a longo prazo.

Já considerei em outros lugares (1989c, 1991) como esta noção "encurtada" do tempo tem a ver com a visão geneológica (que estende a lista de parentes horizontalmente, para primos etc. e não verticalmente, para ancestrais), e com a prioridade conferida a parentes consangüíneos (laços natos) em detrimento dos laços conjugais (laços construídos). Assim, tentei mostrar como as relações de gênero e de família estão embutidas dentro de um sistema cultural que surge da vivência concreta - do cotidiano - do grupo, regida por uma percepção particular do tempo.

Os valores ligados ao trabalho não escapam desta influência. A estabilidade em um emprego assalariado exige certos arranjos na organização doméstica que não coincidem, necessariamente, com a prioridade de valores vigente no grupo. O vizinho evita o trabalho assalariado para não ser acusado de "caxias" ou "olho grande"; o homem evita-o para melhor assegurar seu papel viril de protetor de casa, e a mulher permanece em casa para satisfazer a honra familial. Todos querem melhorar na vida, mas não acreditam necessariamente que o investimento a longo prazo, em um trabalho assalariado, seja a melhor maneira para viabilizar esta melhoria. Sem dúvida, se mudasse o perfil do mercado de trabalho, tornando disponíveis para essa população empregos estáveis e bem-pagos, suas atitudes e sua noção de tempo provavelmente mudariam. Porém, a nossa preocupação é de entender a situação atual - a interação entre fatores estruturais da economia nacional e as atitudes e comportamentos de um determinado segmento das classes trabalhadoras.

As relações de gênero revelam-se fundamentais para a compreensão deste processo. Mas, para aproveitar plenamente a riqueza desta linha de

análise, o pesquisador deve se munir de certas precauções. É preciso, em primeiro lugar, rejeitar pressupostos universalizantes para enfrentar o desafio de pesquisar e reconstruir analiticamente o sentido específico das relações de gênero para cada contexto. Em segundo lugar, é aconselhável evitar a tendência de isolar um ou outro fator - "gênero" ou "trabalho" -, insistindo antes na compreensão do sistema como um todo. Neste artigo, assumimos a ênfase antropológica que examina, através da observação etnográfica, o modo de vida e a cultura simbólica de um determinado grupo. Representa um primeiro esboço nosso, sobre o assunto, a tentativa de fazer um exercício metodológico para estudar a possível imbricação das partes e para ver como noções relacionadas a gênero, trabalho e tempo interagem dentro de uma lógica cultural específica.

Referências Bibliográficas

ARIES, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime.* Paris: Plon, 1960.

BIRMAN, Patrícia. *Feitiço, carrego e olho grande - os males do Brasil são.* Museu Nacional UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1980.

BRITO, Maria Noemi C. *Sindicato no feminino: uma luta de formiga.* Campinas: UNICAMP, Mestrado de Antropologia, 1985.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano as camadas médias paulistanas.* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CASTRO, Mary Garcia. *Mulher e crise no Brasil (A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos oitenta).* São Paulo: Reunião Anual da ABET, set. 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias.* Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ECKERT, C. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueqadas, RS.* Porto Alegre: UFRGS, Dissertação do Mestrado em Antropologia Social, 1985.

FARGE, Arertte. L' histoire ébruitée: des femmes dans la societe pré-revolucionnaire parisienne. *In:* PERROT *et alli. Histoire sans qualité.* Paris: Galilée, 1979.

FACHEL LEAL, Ondina. *The Gauchos: male culture and identity in the Pampas.* Berkeley, Tese de Doutoramento em Antropologia (a sair pela University of Berkeley Press), 1989.

FLAX, Jane. Postmodernism and gender relations in feminist theory. *Signs, Jornal of Women in Culture and Society*, v. 12, n. 4, p. 621-643, 1987.

FONSECA, Claudia. Amour maternel, survie et valeur marchande: aspects de la circulation d'enfants dans un bidonville brésilien. *Les Annales ESC*, v. 40, n. 5, p. 991-1022, 1985.

_____. A história social no estudo de parentesco: uma excursão interdisciplinar. *BIB*, n. 27, p. 51-73, 1989a.

_____. Pais e filhos em camadas populares do início do século: um outro tipo de amor. *In*: D' INCAO, M. (ed.), *Amor e família no Brasil.* São Paulo: Achiamé, 1989b.

_____. *Children and social inequality in Brazil.* Miami: Reunión Anual da LASA, dez. 1989c.

_____. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, p. 27-39, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: I. La volonté de savoir.* Paris: Gallimard, 1977.

GUEDES, Simone. *Jogo de corpo: um estudo da construção social de trabalhadores.* Museu Nacional UFRJ, Tese de Doutorado em Antropologia, 1992.

JARDIM, Denise. O corpo masculino: baixo corporal e masculinidade. *Cadernos de Antropologia* (Antropologia do corpo e da saúde) n. 6, p. 23-33, 1992.

LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. "As Mulheres e os Novos Espaços Democráticos na América Latina", número especial da *Revista de Ciências Sociais* (Porto Alegre), v. 1, n. 2, p. 221-228, 1987.

_____. "Expériences de femmes, destin de genre". Les rapports sociaux de sexe: problematiques, methodologies, champs d'analyse. *Actes de la table ronde international des 34-25 et 26 nov. 1987* (vol 2: Communications), 1988.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil.* São Paulo: Difel, 1971.

MACEDO, Carmen C. *A reprodução da desigualdade.* São Paulo: HUCITEC, 1979.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n. 10, p. 5-20, 1989.

OLIVEN, Ruben. A mulher faz (e desfaz) o homem. *Ciência Hoje,* v. 7, n. 37, p. 54-62, 1987.

PERROT, Michelle. *Une histoire des femmes est-possible?* Paris: Rivages, 1984.

REITER, Rayna. Family and class in contemporary America: notes towards an understanding of ideology". *In: Family, household and gender relations in Latin America.* UNESCO, Kegal Paul, 1991.

ROSALDO, M.Z. The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding. *Signs,* n. 5, p. 389-417, 1980.

SARTI, Cynthia. *A família como valor para os pobres urbanos: o persistente lugar do homem e da mulher.* Trabalho apresentado no Seminário "Família e Sociedade Brasileira: desafios nos processos contemporâneos" promovido pelo Centro João XXIII Investigação e Ação Social, Rio de Janeiro, 16-19 de set. 1992.

_____. *E sina que a gente traz (ser mulher na periferia urbana).* Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 1985.

SCOTT, Joan. W. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review,* v. 91, n. 5, p. 1053-110, 1986.

SPINDEL, Cheywa. *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

THOMPSON, E.P. Time, work, discipline and industrial capitalism. *Past and Present,* n. 38, dez. 1967.

VALLADARES, Liscia. Family and child work in the favela. *In: Third World Urbanization: Reappraisals and New Perspectives.* Stockholm: HSFR (Sweedish Council for Research in the Humanities and Social Sciences), 1990.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

(Recebido e aceito em dezembro de 1992)